



**Elefantes
em risco de
extinção
em África**

OPINIÃO



Periodicidade: Mensal | Edição 18 | Ano III - Setembro 2025 | Director: William Mapote | www.revistaterra.co.mz |

- **Mineração descontrolada deixou um rasto de lama e desespero em Manica.**
- **Seis rios morreram às mãos da mineração que sobrepõe o lucro à vida.**

Quando o ouro mata os rios



ARROZ

Um produto de eleição na dieta com peso de ouro nos cofres públicos



CLIMA

Desertificação: o desafio silencioso com marcas visíveis no Sul do país



**Elephants
at risk of
extinction
in Africa**

OPINION
(Only Portuguese)



Frequency: Monthly | Issue 18 | Year III - September 2025 | Director: William Mapote | www.revistaterra.co.mz |

- **Unchecked mining left a trail of sludge and despair in Manica.**

- **Six rivers have died under the weight of reckless mining.**

When Gold Kills Rivers



RICE

A staple of the national diet — with a golden weight on the public coffers



CLIMATE

Desertification: the silent challenge leaving visible scars across the country's South



Se é **Agro** ou **Ambiental**

Somos seu parceiro de
comunicação

Contacte-nos

comercial@revistaterra.co.mz

www.revistaterra.co.mz

+258 863233900



ÍNDICE

6

EDIÇÃO 18 – SETEMBRO 2025
EDITORIAL
* Arroz: da balança ao potencial
AMBIENTE

7

* Quando o ouro mata os rios

10

* Expansão do Regadio do Baixo Limpopo

11

AGRICULTURA E ECONOMIA
* Arroz: o prato que mais pesa na
balança

14

POLÍTICA E CLIMA
* Da tragédia à resiliência
climática

16

* Desertificação: o desafio
silencioso no Sul

18

OPINIÃO
* Elefantes em risco de extinção
em África — Luca Bussotti

20

* A guerra e a agricultura
no Brasil — Afonso Brandão
Almeida Brandão

35

FICHA TÉCNICA E CONTACTOS
* Direcção, Redacção, Revisão,
Comercial e Webdesign

TOPICS

6

ISSUE 18 – SEPTEMBER 2025
EDITORIAL

6

* Rice: From Balance to Potential

23

ENVIRONMENT
* When Gold Kills Rivers

33

* Desertification: The Silent Challenge in
the South

22

AGRICULTURE & ECONOMY
* Rice: Mozambique's Costliest Staple

26

* Baixo Limpopo Irrigation Expansion

30

POLICY & CLIMATE
* From Tragedy to Climate Resilience



www.revistaterra.co.mz



redacao@revistaterra.co.mz



[@revistaterramz](https://twitter.com/revistaterramz)



[@revistaterra](https://facebook.com/revistaterra)

Nossos Serviços na Área de Construção

ROTUNDA

PLANT HIRE

Oferecemos uma vasta gama de serviços desde:

Venda e aluguer de equipamentos para obras de engenharia, como a construção de estradas;
Procurement e execução de obras.



Contacto

- +72 (82) 966 1652
- +27 (83) 577 6398
- sales@rotundaplanthire.co.za
- Litchie Road, Vintonia,
Nelspruit, Mpumalanga RSA
- <http://www.rotundaplanthire.co.za>

Ficha técnica

Propriedade

Terra Media Lda - Sociedade Unipessoal

Publicação:



Rua da Resistência n.º 1642,
3º Andar, Porta M Telef.:
+258842399758,
+258847322282 e
+258821233910

redacao@revistaterra.co.mz

Registo sob n.º

122/GABINFO/
DEPC/210/2022

Editor

William F. Mapote

Redacção:

William Mapote
Julio Armino F. Guilherme FM
Bendito Nascimento

Colaboradores:

Nordino Gabriel (Cabo Delgado)
Afonso Brandão, Luca Bussotti

Revisor Linguístico:

AR&Servicos SU

Maquetização:

Revista Terra
Samuel Maribate

Administração:

Narciso F. Mapote
administracao@revistaterra.co.mz

Comercial:

Filimão A. Cumbane
comercial@revistaterra.co.mz

Webdesign & Online:

Rui Baltazar

website: www.

revistaterra.co.mz

Twitter:

@revistaterramz

Editorial

Arroz: da balança que pesa ao potencial que alimenta

Em Moçambique, o arroz deixou de ser apenas um prato da tradição para tornar-se símbolo de mudança social e económica. De norte a sul, das mesas familiares às cantinas escolares, o consumo cresce numa cadência que acompanha a urbanização, a mudança dos hábitos alimentares e a ascensão de uma nova classe média. O arroz tornou-se, silenciosamente, um alimento indispensável.

Mas este crescimento esconde uma fragilidade que se reflete na economia nacional: a produção interna continua aquém da procura, e o país vê-se obrigado a recorrer ao mercado externo para garantir o abastecimento. São milhares de toneladas que atravessam os portos e estradas, drenando divisas preciosas, enquanto o potencial fértil das nossas planícies ainda não é plenamente aproveitado. A balança comercial acusa o peso desta dependência, tornando cada prato de arroz também um lembrete das nossas vulnerabilidades.

Contudo, naquilo que hoje é desafio, es-

conde-se uma oportunidade. A crescente procura não deve ser lida apenas como ameaça, mas como motor para uma viragem estratégica. Investir na produção interna significa mais do que reduzir importações: é fortalecer a segurança alimentar, criar emprego rural, estimular cadeias de valor locais e devolver equilíbrio às contas nacionais.

O arroz pode e deve ser visto como um produto-âncora da agricultura moçambicana. Transformar a tendência de consumo em plataforma de produção é um passo natural para quem deseja soberania alimentar e resiliência económica.

É por isso que esta edição da Revista Terra traz, como matéria de fundo, uma análise aprofundada sobre o crescimento do consumo de arroz no país, o impacto desta realidade nas contas públicas e, sobretudo, as oportunidades que se abrem para inverter a balança. Mais do que um alimento, o arroz é hoje um campo de batalha estratégico entre dependência e soberania.

Rice: From a Heavy Balance to a Source of Potential

In Mozambique, rice has ceased to be merely a dish of tradition and has become a symbol of social and economic change. From north to south, from family tables to school canteens, its consumption continues to rise in step with urbanisation, shifting dietary habits and the emergence of a growing middle class. Quietly, rice has become indispensable.

Yet this growth also reveals a fragility that weighs heavily on the national economy: domestic production remains well below demand, compelling the country to rely on external markets to secure supply. Thousands of tonnes arrive through ports and roads, draining precious foreign currency, while the fertile potential of our plains remains underutilised. The

trade balance bears the mark of this dependency, turning each plate of rice into a reminder of national vulner-

abilities.

And yet, within this challenge lies a clear opportunity. Rising demand should not be viewed merely as a threat, but as a catalyst for strategic transformation. Investment in domestic production means more than curbing imports: it is about strengthening food security, creating rural employment, stimulating local value chains and restoring balance to the nation's accounts.

Rice can, and must, be regarded as an anchor crop of Mozambican agriculture. Converting today's consumption trend into a platform for production is the logical step for a country seeking food sovereignty and economic resilience.

For this reason, this edition of Revista Terra brings, among its feature stories, an in-depth analysis of the growing consumption of rice in Mozambique, the impact of this reality on public finances and, above all, the opportunities that arise to redress the balance. More than a staple, rice today stands as a strategic battleground between dependence and sovereignty.



William Mapote

E-mail: editor@revistaterra.co.mz



Quando o ouro mata os rios e o lucro sobrepõe-se à vida

Os rios de Manica deixaram de correr com vida. Onde antes fluíam águas claras que alimentavam a produção agrícola, o gado e comunidades inteiras, hoje arrastam resíduos tóxicos e lamas pesadas, impróprias para a saúde.



Num retrato de uma mineração descontrolada e movida pelo lucro, seis rios que sustentavam a vida na província perderam o seu vigor. A pesca desapareceu, as plantações secaram e a sede chegou às aldeias.

A morte dos rios Revuê, Nhauacaca, Zónue, Messica, Chimedza e Mudza tornou-se o símbolo mais visível de uma exploração que escapou ao controlo.

Perante este colapso ambiental, o Governo de Moçambique decidiu suspender todas as actividades mineiras em Manica, numa medida anunciada a 30 de Setembro, durante a 33.^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros.

Mais do que uma acção administrativa, a decisão marca um ponto de viragem na forma como o país encara a exploração dos seus recursos naturais e os limites da tolerância à degradação ambiental.

A resolução do Executivo baseia-se num relatório técnico do Comando Operativo, coordenado pelo Ministro da Defesa Nacional, Cristóvão Chume, que entre 17 e 19 de Julho liderou uma missão intersectorial às zonas mais afectadas.

As conclusões são alarmantes: rios contaminados, fontes de água potável envenenadas e comunidades ribeirinhas mergulhadas numa crise ecológica e social sem

Perante este colapso ambiental, o Governo de Moçambique decidiu suspender todas as actividades mineiras em Manica, numa medida anunciada a 30 de Setembro, durante a 33.^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros.

precedentes.

“A fauna aquática encontra-se ameaçada e os campos agrícolas já não produzem como antes. As comunidades perderam acesso à água limpa para beber e irrigar, e a pesca reduziu drasticamente”, declarou o porta-voz do Conselho de Ministros, Inocêncio Impissa, ao anunciar o decreto do Executivo.

As causas são conhecidas: lavagem de minérios em leitos fluviais, despejo de resíduos químicos sem tratamento e abandono de crateras e equipamentos após a extração.

A actividade mineira, legal e ilegal, foi-se expandindo sem controlo, degradando margens e alterando cursos de água até transformar ecossistemas férteis em valas estéreis.

Face à dimensão do desastre, o Governo não se limitou à suspensão das licenças. Determinou igualmente a criação de uma Comissão Interministerial, liderada pelo Ministro da Defesa, com o mandato de reformular o regime de licenciamento e elaborar um plano de recuperação ambiental.

A comissão incluirá representantes de vários sectores do Estado, das comunidades locais e até dos operadores prevaricadores, num esforço conjunto de reparação e redefinição das regras de exploração mineira.



Analistas e activistas ambientais consideram que o episódio de Manica representa um alerta nacional sobre o custo humano e ecológico da mineração não regulada — e um apelo à responsabilidade colectiva sobre a gestão dos recursos do país.

O LUCRO ACIMA DA VIDA

O relatório do Comando Operativo revelou ainda a existência de mineração descontrolada, inclusive por empresas com licenças válidas, que operam sem planos de recuperação ambiental nem mecanismos de contenção de riscos.

Segundo o documento, em muitos casos os equipamentos são abandonados após o uso, deixando crateras abertas e contaminação persistente — um retrato de negligência institucional e empresarial.

Analistas e activistas ambientais consideram que o episódio de Manica representa um alerta nacional sobre o custo humano e ecológico da mineração não regulada — e um apelo à responsabilidade colectiva sobre a gestão dos recursos do país.

Embora a suspensão produza efeitos imediatos, os impactos da degradação ambiental exigirão um processo longo e incerto de recuperação, observam especialistas, alertando para a urgência de restaurar os ecossistemas afectados.

Governo projecta expansão do Regadio do Baixo Limpopo

O Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas anunciou recentemente que vai mobilizar parceiros para apoiar a expansão da área de produção no Regadio do Baixo Limpopo, em Chókwè, dos actuais 3.000 para 10.000 hectares já na Campanha Agrária 2025/26.

Durante uma visita de trabalho à província de Gaza, o Ministro Roberto Mito Albino explicou que a intervenção vai priorizar a reabilitação da infra-estrutura do regadio, de forma a garantir o acesso sustentável à água e à terra.

“Vamos mobilizar parceiros que possam apoiar nesta empreitada, que visa aumentar a capacidade em termos de maquinaria para a abertura dos canais principais, limpeza e manutenção das valas de drenagem, para permitir o acesso à água e à terra para os produtores deste distrito”, disse o Ministro durante a visita.

O governante sublinhou que o objectivo imediato é assegurar o arranque da campanha de arroz. Entre as prioridades apontadas está a limpeza de 100 quilómetros de canal principal e valas de drenagem, bem como obras de estabilização de

taludes próximos à ponte, de modo a proteger Chókwè contra eventuais inundações.

“Temos produtores que estão a reduzir as áreas de cultivo por falta de segurança de rega. No passado recente perderam culturas por falta de água. Isso não pode continuar”, acrescentou.

Na mesma ocasião, o Ministro visitou vários empreendimentos agro-industriais e de pesquisa, incluindo o Complexo Agro-industrial de Chókwè (CAIC), o Centro de Pesquisa em Aquicultura (CEPAQ) e a unidade PAPA PESCA, onde manifestou preocupação com o baixo nível de investimento público face ao potencial existente.

“O CEPAQ é um grande investimento no capítulo da pesquisa em aquicultura e de referência regional na SADC, mas está subaproveitado. O mesmo constatámos no PAPA

PESCA: um exemplo de modelo de economia circular e produção sustentável de baixo custo, com técnicas inovadoras de alimentação de peixe”, avaliou o dirigente.

O Ministro defendeu ainda que estruturas como o CEPAQ, o PAPA PESCA e o CAIC podem desempenhar um papel estratégico na formação de novos empreendedores do sector.

“Têm potencial para ser excelentes incubadoras para futuros empreendedores de aquicultura e avicultura no país. Mas muito pouco está a ser feito. O mesmo acontece com o CAIC, cuja vocação é clara, mas pouco está a ser aproveitada”, concluiu.

Segundo acrescentou, será necessário “resgatar os esforços do passado e colocar estes investimentos estratégicos ao serviço do nosso povo”.



Arroz: o prato que mais pesa na balança comercial

O arroz tornou-se o produto de eleição na dieta dos moçambicanos, mas é o alimento que mais custa aos cofres públicos.



É um dos principais alimentos que vai à mesa dos moçambicanos, mas também é o que mais pesa na balança comercial do país.

Apesar do enorme e reconhecido potencial de produção nacional, é de países como a Tailândia que Moçambique recorre para satisfazer a procura interna, drenando para este cereal divisas que podiam equilibrar a balança comercial.

Só em 2024, Moçambique gastou 441 milhões de dólares na importação de cerca de 452 mil toneladas de arroz, um recorde que conso-

lidou o país como um dos maiores importadores da região da SADC, apenas atrás da África do Sul.

A tendência mantém-se no presente ano. De acordo com relatórios do Banco de Moçambique (BM), no primeiro trimestre, as importações já custaram 63 milhões de dólares, valor que equivale a quase metade de todas as divisas usadas para importar alimentos no período.

Contas feitas, só o arroz absorve 40% da factura total de cereais e quase metade das divisas gastas em alimentos básicos. Numa economia marcada pela pressão cambial e por

reservas limitadas, a dependência deste único produto funciona como um dreno contínuo de recursos, com impacto directo nas contas públicas e na margem de investimento do Estado.

O PARADOXO NACIONAL

O nível das importações contrasta com o potencial interno para a produção deste cereal.

Dados oficiais indicam que, do Baixo Limpopo ao Vale do Zambeze — mais concretamente nas províncias de Gaza, Zambézia, Sofala e Niassa — o país possui vasto potencial,



suficiente para satisfazer qualquer procura.

“Estudos e experiências oficiais de campo já demonstraram que, com mecanização, sementes melhoradas e apoio técnico, é possível alcançar produtividades comparáveis às dos grandes mercados asiáticos”, disse à Revista Terra um especialista nesta cultura, que não quis ser identificado.

A realidade, contudo, mostra outra face: depois de uma produção considerável em 2022 — altura em que foi atingido o recorde da última década, com mais de 245 mil toneladas — o país entrou em rota decrescente.

De acordo com dados oficiais, em 2023 a produção caiu 34%, para 161 mil toneladas, quando, segundo a FAOSTAT, a procura interna já supera 1,5 milhões de toneladas anuais, o equivalente a 42 quilos por pessoa, um dos níveis mais altos da SADC.

O CUSTO DA DEPENDÊNCIA

Economistas e especialistas do sector agrícola consideram, de forma unânime, que o aumento da produção interna representaria ganhos significativos a todos os níveis.

“Uma substituição de apenas 25% das importações significaria

Estudos e experiências oficiais de campo já demonstraram que, com mecanização, sementes melhoradas e apoio técnico, é possível alcançar produtividades comparáveis às dos grandes mercados asiáticos

uma poupança anual superior a 100 milhões de dólares, valor capaz de reforçar as reservas externas e aliviar a pressão cambial. A médio prazo, reduzir as importações para metade poderia libertar mais de 200 milhões de dólares por ano, recursos que poderiam ser canalizados para investimento público em saúde, educação ou infra-estruturas”, explicou um economista.

Segundo a mesma fonte, o aumento da produção e, consequentemente, a redução do défice “não deve ser visto apenas como uma questão de soberania alimentar, mas também como uma estratégia macroeconómica: menos importações significam mais divisas disponíveis, maior estabilidade da balança comercial e maior margem de manobra para políticas públicas”.

UM PROBLEMA ALÉM DO CAMPO

A Câmara do Agronegócio de Moçambique (CAM) considera o que se verifica com o arroz como parte de problemas estruturais que afectam o sector agrícola no país.

De acordo com Confiança Chicombo, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CAM, há questões de natureza política e disfunções do mercado que causam o atrofamento da produção, que

está, quase na íntegra, a cargo do sector familiar.

“O mercado não está segmentado, porque o preço que as empresas agregadoras pagam não incentiva o pequeno produtor”, disse Chicombo.

“As empresas querem comprar, por exemplo, a 17 ou 18 meticais o quilograma, mas quando processam vendem a 50 meticais e, por isso, o pequeno produtor prefere vender pessoalmente o seu produto, em vez de entregar à indústria”, explicou.

A fonte considera que uma das soluções para mudar o cenário passa por vontade política com medidas arrojadas, tais como barrar as importações, investir na produção interna e potenciar o mercado interno.

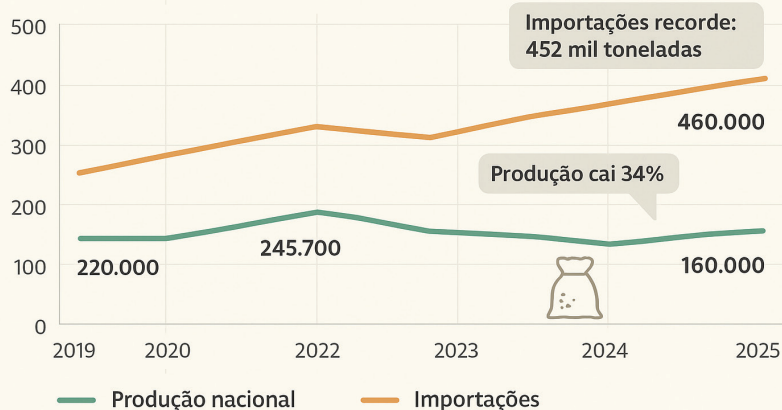
“Hoje estamos a falar de gastos na ordem dos 400 milhões em importações. Se pegarmos esse valor e investirmos na produção interna, a curto e médio prazos conseguiríamos resolver o problema”, avançou.

“Barrando as importações, o pequeno agricultor saberá que

tem mercado garantido, porque o Governo vai comprar a produção, e isso facilitaria o desenvolvimento produtivo”, concluiu, realçando, contudo, que esta solução deve ser acompanhada por outras medidas estruturais, tais como, expansão da irrigação e sementes melhoradas, para garantir produtividade estável, mecanização e armazenamento, através de parcerias público-privadas e políticas consistentes de compra pública e incentivos fiscais.



Evolução da produção e importações de arroz



O mercado não está segmentado, porque o preço que as empresas agregadoras pagam não incentiva o pequeno produtor

**63
Milhões**

de dólares
Gastos no I trimestre com
importações de arroz

Da Tragédia à Resiliência: O Caminho do Financiamento Climático

De enxada no ombro, Maria José, agricultora de 63 anos de idade, residente na aldeia de Tchindo, distrito de Búzi, na província de Sofala, caminha pelo seu campo ainda alagado.

As chuvas fora de época que caíram a meio do primeiro semestre do ano em curso, aliados à subida do rio Búzi, destruíram metade da machamba onde semeava milho e feijão.

O ciclone Idai levou-lhe a casa em 2019 e, desde então, a sua actividade no campo nunca mais voltou a ser a mesma e cada época chuvosa é uma incerteza

“Eu era uma pessoa afortunada, porque não tenho preguiça. Trabalho na machamba desde a minha infância e conseguia satisfazer todas as minhas necessidades e da família, com a minha produção, mas agora a situação mudou e por vezes tenho que depender de apoios”, lamentou a idosa, num contacto com a nossa reportagem.

Neste momento, a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) para a época chuvosa que inicia em Outubro indica que, entre Janeiro e Março de 2026, o Centro e o Sul do país devem registrar chuvas acima da média, enquanto o Norte poderá enfrentar precipitação abaixo

do normal. Para muitos agricultores, esta será mais uma vez, uma campanha agrícola marcada pela incerteza.

As temperaturas tendem a ficar mais altas que o habitual um pouco em todo o país. Para milhares de famílias, as mudanças climáticas são acontecimentos concretos que afectam directamente a alimentação, a habitação e o sustento diário.

A realidade de Maria José é um espelho de milhões de moçambicanos em muitas comunidades do país. Dados recentes do Instituto Nacional de Gestão de desastres (INGD) indicam que durante a época chuvosa e ciclónica 2024/25, mais de 2,4 milhões de pessoas foram afectadas,

Destas, houve 326 mortos, sobretudo devido ao desabamento de casas durante os ciclones CHIDO, DIKELEDI e JUDE, e mais de 612 mil pessoas continuam deslocadas nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa.

Desde o ano 2000, o país já registou, de acordo com dados consolida-

dos, mais de 75 eventos severos, entre ciclones, cheias e secas, que provocaram perdas humanas e danos económicos significativos.

Estima-se que, sem investimentos robustos em adaptação e mitigação, mais de 1,6 milhões de pessoas poderão ser empurradas para a pobreza até 2050, o que reforça a urgência de medidas para mudar o curso deste destino.

LUZ NO TÚNEL

Com os cenários conhecidos e dados da última década a colocarem Moçambique entre os dez países mais vulneráveis do mundo a fenómenos extremos, o Governo procura transformar a vulnerabilidade em oportunidade.

Para o efeito, o Conselho de Ministros aprovou neste mês de Setembro, a Estratégia Nacional de Financiamento Climático (ENFC) 2025 – 2034.

Trata-se de um plano de dez anos que procura estruturar respostas às



vulnerabilidades climáticas, propondo medidas que prometem uma conexão directa com a vida das pessoas, nomeadamente, a criação de seguros agrários para que agricultores possam recuperar perdas em períodos de seca ou cheias; capacitação comunitária, voltada para reforçar a actuação de instituições públicas e organizações da sociedade civil na gestão de recursos climáticos; e investimento em infra-estruturas resilientes, como estradas, sistemas de água e escolas, que contribuem para reduzir os impactos de eventos extremos.

Segundo consta do documento que tivemos acesso, o plano busca transformar dados e previsões em acções práticas, equilibrando necessidades imediatas e planeamento de longo prazo, incluindo acções de inclusão social, “garantindo que mulheres, jovens, crianças e grupos vulneráveis tenham acesso ao financiamento climático”.

“As mudanças climáticas não constituem apenas uma questão ambiental, mas sim uma agenda fundamental para o desenvolvimento sustentável”, sublinha o documento.

O CUSTO DA RESILIÊNCIA

Em termos financeiros, a estratégia pretende mobilizar 37,2 mil milhões de dólares em investimentos até 2030 para alcançar resiliência

Com a estratégia, cuja visão é colocar Moçambique como “uma referência na mobilização e aplicação de recursos financeiros para acção climática”, apontam-se cinco instrumentos principais de captação de recursos, nomeadamente, doativos, créditos de carbono, seguros climáticos, dívida por clima e financiamento baseado em previsões.

O plano define acções em cin-

co áreas estratégicas, nomeadamente, o quadro legal, o sistema fiscal, o sistema financeiro, a capacitação e o acesso ao financiamento, com reformas visando “orientar a alocação de recursos e o planeamento de acções de forma mais estruturada, tornando as respostas climáticas mais consistentes e previsíveis”.

Entre a imprevisibilidade das chuvas e a aplicação das medidas do plano, está a vida de milhões de moçambicanos. Uma realidade concreta que não depende de optimismo ou pessimismo, mas da implementação consistente de políticas e mecanismos de resposta.



Números da crise (Época 2024/25)

326
Mortos

2,4
Milhões
de pessoas
afectadas

3
Milhões de pessoas
assistidas com ajuda
alimentar e humanitária

612 mil deslocados internos

Desertificação: o desafio silencioso de Moçambique

Moçambique está entre os países da África Austral mais expostos aos efeitos da desertificação e da seca prolongada, uma realidade que continua a trazer sérias consequências para milhões de pessoas e para a segurança alimentar.

O alerta foi lançado pelo Secretário de Estado da Terra e Ambiente, Gustavo Dgedge, durante o III Workshop Regional do Programa de Impacto em Paisagens Sustentáveis de Terras Áridas (DSL-IP), que decorreu em Maputo.

“As províncias do Sul do país, com destaque para Gaza e Inhambane, são a face mais visível do problema, resultante de reduções significativas na precipitação”, disse o governante.

Dados oficiais apontam que, nas últimas décadas, estas regiões registaram uma queda de 20% a 30% na chuva anual, acompanhada de temperaturas mais altas e de secas prolongadas. “Essas condições afectam cerca de 2,3 milhões de pessoas só nesta zona do país”, acrescentou Dgedge.

Este cenário não é exclusivo de Moçambique. Em todo o continente, mais de 75% das terras já são classificadas como áridas ou semiáridas, segundo organismos regionais e internacionais.

Risco, mas também oportunidade

Apesar da gravidade, Dgedge sublinhou sinais de esperança.

“Em Moçambique, o programa apoia intervenções no corredor de Maputo, promovendo agro-ecologia, reflorestamento e uso eficiente da água, beneficiando agricultores



familiares, mulheres rurais, jovens e comunidades vulneráveis”, afirmou.

Ainda assim, reforçou que as soluções não podem ser isoladas.

“A conservação não pode ter sucesso com acções isoladas. Deve ser aliada ao desenvolvimento de esforços regionais conjuntos, à agricultura sustentável e a benefícios tangíveis para as comunidades”, frisou.

UMA AGENDA QUE É REGIONAL

A luta contra a desertificação é

hoje uma prioridade para os países da África Austral. O DSL-IP, apoiado pela SADC, FAO e vários governos da região, procura reforçar a cooperação e acelerar soluções integradas para restaurar paisagens e aumentar a resiliência das comunidades.

Para especialistas e decisores, a chave está em unir esforços.

Com políticas de restauração de terras, inovação agrícola e parcerias estratégicas, o combate à desertificação já não é só ambiental: é também económico e social.

Desertificação em números

- 2,3 milhões de pessoas afectadas no Sul de Moçambique
- 20% a 30% de redução da chuva anual em Gaza e Inhambane nas últimas décadas
- 75% das terras em África são áridas ou semiáridas
- Mais de 2,3 milhões km² de terras áridas e semiáridas na África Austral

mais Agro



**ASSISTA O MAIS AGRO...
O PULSAR AGRO-AMBIENTAL DO PAÍS**



www.youtube.com/@revistaterramz



Luca Bussotti
Colunista

Elefantes em risco de extinção em África

Na África Central e Ocidental os elefantes estão a desaparecer, estando em risco de extinção, segundo dados provenientes do secretariado da Convention on International Trade in Engangered Species (CITES), em vigor desde 1997. Na África Oriental e Meridional também o problema apresenta características muito sérias, e não pode ser ignorado.

O grande desafio é representado pela caça furtiva. Com efeito, se a caça legal está a registar, desde 2011, uma queda constante, o que mais preocupa é esta actividade levada a cabo com meios ilegais. Esta provoca um desequilíbrio constante na população dos elefantes, cujos mecanismos de reprodução não conseguem compensar as perdas causadas pela caça furtiva. O motivo é conhecido: fazer lucros mediante a venda de marfim.

É difícil estabelecer o preço do marfim, pois existem dois mercados paralelos, dos quais um legal, quase totalmente fechado, e outro ilegal, em que a venda de um quilo de marfim pode chegar a 2000 dólares, como aconteceu na China poucos anos atrás. Hoje, o preço médio ronda em torno dos 400 dólares ao quilo. O maior mercado de consumo de marfim tem sido, tradicionalmente, a Ásia, embora a China tenha proibido qualquer comércio deste material desde o dia 31 de dezembro

de 2017. O marfim era geralmente exportado como matéria bruta da África para a Ásia, e ali era processado, segundo as várias necessidades de cada país. Entretanto, há pouco tempo foram descobertos sítios,

É difícil estabelecer o preço do marfim, pois existem dois mercados paralelos, dos quais um legal, quase totalmente fechado, e outro ilegal, em que a venda de um quilo de marfim pode chegar a 2000 dólares, como aconteceu na China poucos anos atrás.

em África, em que a matéria-prima era semi-processada, e em seguida enviada para a Ásia. Tal mudança deve-se à supramencionada proibição do governo chinês em comerciar o marfim naquele país, de forma que os traficantes chineses interessados ao marfim orientaram alguns grupos africanos a iniciar o processamento ainda no local de extração, para favorecer a importação para os mercados asiáticos.

Desde 2015, a rota privilegiada para o comércio de marfim vai da Nigéria para dois países asiáticos como Camboja e Vietnam. Outros dois países que historicamente representaram grandes fornecedores de marfim são Zimbábue e Botsuana (onde, desde 2023,

foram caçados 105 elefantes), mas Moçambique também desempenha um papel importante neste nefasto mercado. Comente ano passado, em março, um contingente de 651 peças de marfim proveniente de Moçambique foi capturado num navio em direção a Dubai. Não é a primeira vez que isso acontece: desde 2022, a apreensão de marfim ocorrida em 2024 foi a terceira ocorrência, uma vez que em 2023 as autoridades tanzanianas apreenderam grandes quantidades de marfim provenientes do aeroporto de Pemba, justamente um ano depois de as autoridades da Malásia terem feito o mesmo, sequestrando 6 toneladas de marfim, provenientes do porto de Maputo.

Apesar dos esforços das autoridades de vários países, incluindo Moçambique, pelo menos duas espécies de elefante africano (o elefante da savana e o elefante da floresta) estão muito próximas à extinção. Não será suficiente o declínio do preço do marfim para garantir que o elefante africano consiga sobreviver ao risco da sua extinção. Um trabalho coordenado entre as autoridades dos vários países, juntamente com organizações multilaterais como SADC e CEDEAO será fundamental para estancar este comércio que está a prejudicar, juntamente com o elefante, grande parte do ecossistema natural africano.



Soluções Sustentáveis

E agregamos
valor ao seu
NEGÓCIO

Somos uma Agência de Consultoria Moçambicana vocacionada para a prestação de serviços, comprometida com os padrões qualitativos internacionais, os nossos serviços visam demonstrar a satisfação das necessidades do cliente.



Nossos Serviços

- Contabilidade e auditoria
- Assessoria Empresarial
- Marketing Digital
- Estudo de Mercado e gestão de marcas
- Registo de empresas e representações
- Desenho e gestão de projectos
- Produção de Planos de Negócios

MISSÃO

Tornar-se um elemento-chave na prestação de serviços de contabilidade e auditoria, estudos de viabilidade económica, pesquisa de mercado, marketing digital, gestão de recursos humanos, desenho e gestão de projectos de investimento e desenho de planos de negócio e formação

Contacte-nos Já

E-mail: dadhuconsultores2013@gmail.com
Maputo – Moçambique

+258 846806154
+258 846073317



Afonso Almeida Brandão

Colunista

A GUERRA E A AGRICULTURA NO BRASIL

O presidente Lula da Silva tem repetido que o Brasil condena as sanções à Rússia e Bielorrússia, pois o País depende muito do Potássio comprado nestes países para responder à procura de Fertilizantes.

Verdade parcial, pois o País brasileiro dispõe de reservas para este ano, a verdade é que esta constatação é um facto que pode aumentar um pouco a sua Produção a curto prazo e até ser auto-suficiente a médio prazo, caso o Governo consiga alterar a Lei das Reservas Indígenas, onde estão as Reservas do Mineral do País. A proposta é de a exploração industrial pagar uma percentagem aos índios, mas, mesmo assim, os Partidos de Esquerda fazem barulho no Parlamento e na Imprensa

Brasileira contra as mudanças. Embora a diplomacia brasileira e em grande parte da Sociedade estejam chocadas com a postura do País, contrariando sua tradição de ir ao encontro dos seus aliados tradicionais, que são os países da Europa e os EUA, o Presidente Lula não recua nas suas declarações, que não justificam esta quebra de princípios de respeito à autodeterminação dos povos e na condenação de agressões como a que assistimos. Lula da Silva — e já o seu antecessor Bolsunaro, agora a contas com a Justiça Brasileira, acusado por arquitectar um

Golpe de Estado a Lula — a verdade é que ambos procuravam explorar a importância da Agricultura no Brasil, que é uma das maiores do Mundo.

A opinião pública Mundial de-

A fazenda São Marcelo, a título de exemplo, é referência Mundial na qualidade, produtividade, respeito ao Meio Ambiente e na gestão de pessoal, sendo uma das cinco maiores, controlada pela família Defforey, ex-accionistas do Grupo Carrefour.

sconhece a dimensão da importância do Meio Rural brasileiro no Mundo, onde, a cada cinco famílias, uma consome algum dos produtos em que o País é campeão na Produção e Comercialização, como são os casos da Soja, Açúcar, Café, Sumo de Laranja e Proteína Animal, entre outros. Nos EUA, maior consumidor de carne *per capita* do Mundo, dois em cada cinco “bifes” nos frigoríficos americanos são brasileiros, não obstante as penalizações que Donald Trump acaba de impor ao Brasil.

As dez maiores empresas voltadas

para a Produção Agrícola e Pecuária do Brasil, nos estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins, possuem uma área semelhante à área da Holanda.

A fazenda São Marcelo, a título de exemplo, é referência Mundial na qualidade, produtividade, respeito ao Meio Ambiente e na gestão de pessoal, sendo uma das cinco maiores, controlada pela família Defforey, ex-accionistas do **Grupo Carrefour**. A Nova Piratininga, a maior em terras contínuas do Brasil, é do tamanho de toda a cidade do Rio de Janeiro ou de Nova York, e possui Aeroporto e rede interna de estradas. E, só em Gado, possui mais de 130 mil cabeças de Nelore e Nelore Cruzado com Angus.

O **Grupo Bom Futuro**, com 32 fazendas na Região, além da Soja, Trigo, Algodão e do Gado, possui produção própria de Sementes de Soja e Algodão para consumo e venda, além de se dedicar à Piscicultura com cinco espécies, numa área correspondente a 400 campos de futebol.

Claro que a Guerra entre a Rússia e a Ucrânia tem vindo a afectar o sector, mas os preços subiram muito e compensariam a perda de produtividade se a guerra demorar muito tempo (já a caminho do quarto ano consecutivo) ou se o País não



A Agricultura no Brasil é uma das maiores do Mundo

agir depressa para explorar as Reservas de Potássio, que são imensas. Recordamos que a última colheita brasileira em 2024 foi superior a 250 milhões de toneladas, a metade em Soja, não tendo sido um pouco superior devido à baixa ocorrência de chuvas. O que não acontece este ano, em que tem chovido e a perspectiva é que se chegue a 280 milhões de toneladas. O aspecto político deste crescimento relevante nos últimos cinco anos deve-se à Paz no Campo, desde a queda da Presidente Dilma. Nos governos Temer e Bolsonaro acabaram as invasões que eram fomentadas pelos governos do **PT**, o que permitiu, inclusive, investimentos estrangeiros na

actividade. Entretanto, as preocupações da nomeação de Lula da Silva para mais uma Eleição Presidencial que veio a ser concretizada — este já tinha anunciado caso

ganhasse as Eleições — desfazer-se das Privatizações e Concessões, anular a Reforma Laboral e aumentar os Impostos sobre Lucros, Dividendos e Rendas — e o “desastrado”

As dez maiores empresas voltadas para a Produção Agrícola e Pecuária do Brasil, nos estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins, possuem uma área semelhante à área da Holanda.

Bolsonaro, à época dos acontecimentos, pouco ou nada preparado, acabaria por perder a confiança da Sociedade mais Culta e Produtiva pelo negativismo face à Pandemia do **COVID-19** e Lula da Silva agora com esta posterior posição constrangedora da Guerra provocada pela Rússia — que ele sempre denominou de “neutralidade” e de restrições às sanções económicas — acabou por piorar a situação... ■



Elevando Sua **Marca** no **Universo** **Digital**

Em um mundo cada vez mais digital, a presença online é fundamental para o sucesso de qualquer negócio. Na **Terra Media**, somos especialistas em impulsionar a sua marca e mensagem no vasto cenário digital

NOSSOS SERVIÇOS



CRIAÇÃO E GESTÃO DE WEBSITES

Criação de um design visual atraente e responsivo.
Desenvolvimento de protótipos.
Escolha de cores, tipografia e elementos de design.
Garantia de usabilidade e acessibilidade.



ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Palestras, Workshop,
Seminários, Conferências,
Mesas Redondas.



PRODUÇÃO DE REVISTAS CORPORATIVAS

Produção Profissional, conteúdo persuasivo,
design atraente, versatilidade de formato
e Qualidade.



CONCEPÇÃO E PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS

Documentários,
Reportagens e
Vídeos Institucionais.

contacte-nos



comercial@revistaterra.co.mz
redacao@revistaterra.co.mz



+258842399758
+258821233910



Manica: When Gold Kills Rivers and Profit Outweighs Life

The rivers of Manica no longer flow with life. Once clear waters that sustained farms, livestock and entire communities now carry toxic waste and heavy sludge unfit for human use.



In a stark portrait of unregulated, profit-driven mining, six rivers that once fed life across Manica province have gone silent.

Fishing has vanished. Crops have withered. Villages face thirst.

The death of the Revuê, Nhauacaca, Zónue, Messica, Chimedza and Mudza rivers has become the clearest sign of a mining industry that has spun out of control.

In response, the Government of Mozambique has suspended all mining activities in Manica, a decision announced on 30 September during the 33rd Ordinary Session of the Council of Ministers.

More than a bureaucratic move, the decision marks a turning point in how the country views the exploitation of its natural resources — and where it draws the line on environmental degradation.

The measure follows a technical report from what was called the Operational Command, led by Defence Minister Cristóvão Chume, who headed a multi-sector mission to the most affected areas from 17 to 19 July.

The findings were alarming: rivers contaminated, drinking water poisoned, and riverside communi-

In response, the Government of Mozambique has suspended all mining activities in Manica, a decision announced on 30 September during the 33rd Ordinary Session of the Council of Ministers.

ties plunged into an unprecedented ecological and social crisis.

“Aquatic life is under threat, farmlands are no longer productive, and communities have lost access to clean water for drinking and irrigation. Fishing has dropped dramatically,” said Council of Ministers spokesman Inocêncio Impissa, announcing the government decree.

The causes are well known — gold washing in riverbeds, dumping untreated waste, and abandoning craters and machinery after extraction.

Legal and illegal mining alike have left a trail of destruction, altering river courses and degrading banks, turning once fertile ecosystems into barren scars.

Amid the scale of the disaster, the government went beyond suspending licences. It also created an Inter-ministerial Commission, chaired by the Defence Minister, tasked with overhauling the licensing system and drafting an environmental recovery plan.

The commission will include representatives from government agencies, local communities and even offending operators — in a joint effort to repair the damage and redefine mining rules.



Environmental analysts and activists say the Manica case is a national warning about the human and ecological cost of unregulated mining — and a call for collective responsibility in managing Mozambique's natural wealth.

PROFIT OVER LIFE

The Operational Command report also found evidence of uncontrolled mining — including by companies with valid licences — operating without environmental recovery plans or risk mitigation systems.

In many cases, equipment was left behind after use, leaving open pits and lasting contamination — a picture of institutional and corporate neglect.

Environmental analysts and activists say the Manica case is a national warning about the human and ecological cost of unregulated mining — and a call for collective responsibility in managing Mozambique's natural wealth.

Although the suspension took immediate effect, experts warn that restoring the environment will take years.

Government Plans Expansion of Baixo Limpopo Irrigation Scheme

Mozambique's Ministry of Agriculture, Environment and Fisheries has announced plans to mobilize partners to expand the Baixo Limpopo Irrigation Scheme in Chókwè from the current 3,000 hectares to 10,000 hectares in the 2025/26 farming season.

During a recent working visit to Gaza province, Minister Roberto Mito Albino said the intervention will prioritize the rehabilitation of key irrigation infrastructure to ensure sustainable access to water and land.

"We will mobilize partners to support this effort, which aims to increase capacity in terms of machinery for the opening of main canals, cleaning and maintenance of drainage ditches, to guarantee access to water and land for producers in this district," the Minister said during the visit.

He stressed that the immediate goal is to secure the start of the rice campaign.

Concrete priorities include the cleaning of 100 kilometers of main canals and drainage ditches, as

well as stabilizing embankments near the bridge to protect Chókwè from potential flooding.

"Producers are reducing their cultivated areas due to a lack of irrigation security. In the recent past, they lost crops because of water shortages. This cannot continue," he added.

The Minister also toured several agro-industrial and research facilities, including the Chókwè Agro-Industrial Complex (CAIC), the Aquaculture Research Center (CEPAQ) and the PAPA PESCA unit, where he expressed concern over the low level of public investment compared to the expected potential.

"CEPAQ is a major investment in aquaculture research and a regional reference within SADC, but

it is underutilized. The same was observed at PAPA PESCA: an example of a circular economy model and low-cost sustainable production, with innovative fish-feeding techniques," the Minister said.

He argued that structures such as CEPAQ, PAPA PESCA and CAIC could play a strategic role in training new entrepreneurs in the sector.

"They have the potential to be excellent incubators for future aquaculture and poultry entrepreneurs in the country. But very little is being done. The same goes for CAIC, whose vocation is clear, but remains largely untapped," he noted.

The Minister concluded by stressing the need to "recover past efforts and put these strategic investments at the service of our people."



Rice: Mozambique's costliest import burden

Rice has become a staple in Mozambicans' diet, but it comes at a heavy cost to public finances.



The grain is a key part of daily meals but also the single biggest contributor to the country's trade deficit.

Despite abundant domestic potential, Mozambique relies heavily on imports, mainly from Thailand, draining foreign currency that could ease trade imbalances.

In 2024, the country spent \$441 million importing around 452,000 tonnes of rice, a record that made it one of the largest importers in southern Africa, behind only South Africa.

The trend continues this year. Central bank data shows rice imports reached \$63 million in the first quarter alone, nearly half of all foreign currency used for food imports during the period.

Rice now accounts for 40% of Mozambique's cereal bill and almost half of its basic food import costs.

IMPORTS VS. POTENTIAL

The heavy import bill contrasts with the country's own capacity to produce rice. Fertile regions from the Limpopo Basin to the Zambezi

Valley — notably in Gaza, Zambesia, Sofala and Niassa provinces, could meet much of domestic demand, according to officials.

“Field studies have shown that with mechanisation, improved seeds and technical support, yields could match those of major Asian producers,” an agricultural specialist told *Revista Terra*, asking not to be named.

Currently, local production has slumped. After hitting a decade-high of more than 245,000 tonnes in 2022, output fell 34% in



Field studies have shown that with mechanisation, improved seeds and technical support, yields could match those of major Asian producers,” an agricultural specialist told Revista Terra, asking not to be named.



2023 to 161,000 tonnes. Demand, meanwhile, exceeds 1.5 million tonnes a year, or about 42 kilos per person — among the highest levels in the Southern African Development Community (SADC), FAO data shows.

ECONOMIC DRAIN

Economists say raising domestic production would bring broad benefits.

“Replacing just 25% of imports

would save more than \$100 million annually, strengthening reserves and easing pressure on the metical. Cutting imports by half could free over \$200 million a year for health, education or infrastructure,” one economist said.

He added: “This is not only about food security but a macroeconomic strategy: fewer imports mean stronger reserves, a healthier trade balance and more room for public policy.”

STRUCTURAL BARRIERS

The Mozambican Agribusiness Chamber (CAM) says the rice problem reflects broader structural weaknesses in agriculture.

Confiança Chicombo, head of CAM's General Assembly, said policy gaps and market dysfunctions discourage smallholder farmers, who dominate production.

"Aggregators pay 17 to 18 meticals per kilo, then resell at 50. Smallholders prefer to sell directly in local markets instead of to industry," Chicombo said.

He argued for bold measures including import restrictions, investment in local production and stronger market incentives.

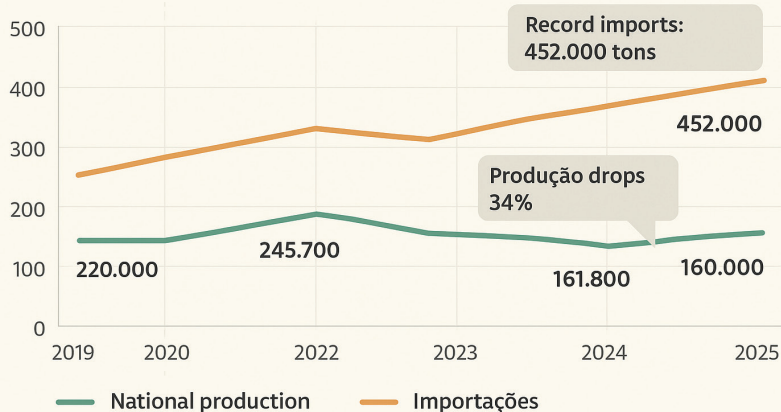
"Today we are spending around

\$400 million on imports. If that went into domestic production, we could solve the problem in the short to medium term," he said.

Still, CAM stresses that such steps must be paired with irrigation expansion, mechanisation, storage facilities, and consistent state buying policies backed by tax incentives.



Evolution of rice production and imports



Source: Banco de Moçambique, INE, FAOSTAT



The market is not segmented, because the price that aggregator companies pay does not encourage small producers.

**USD 63
Millions**

Expenditure on rice imports in the first quarter

From Floods to Funds: Mozambique's Climate Gamble

With a hoe on her shoulder, 63-year-old farmer Maria José walks through her still-flooded field in Tchindo village, Buzi district, Sofala province. Out-of-season rains in the first half of this year, combined with the swelling of the Buzi river, destroyed half of the plot where she planted maize and beans.

Cyclone Idai swept away her house in 2019. Since then, her farming has never been the same, and every rainy season brings uncertainty.

"I used to be fortunate, because I am not lazy. I have worked the land since childhood and could provide for all my family's needs with my harvests. Now things have changed, and sometimes I depend on aid," she said.

The National Institute of Meteorology (INAM) forecasts above-average rainfall between January and March 2026 in central and southern Mozambique, while the north may face below-normal precipitation. For many farmers, this means yet another agricultural season of uncertainty.

Temperatures are expected to rise above average across the coun-

try. For thousands of families, climate change is not an abstract debate but a daily reality shaping food, shelter and livelihoods.

Maria José's story mirrors that of millions of Mozambicans. The National Disaster Management Institute (INGD) says more than 2.4 million people were affected during the 2024/25 rainy and cyclone season.

At least 326 people died, mainly when homes collapsed during cyclones Chido, Dikeledi and Jude, and more than 612,000 remain displaced in Cabo Delgado, Nam-pula and Niassa provinces.

Since 2000, Mozambique has recorded more than 75 severe events — cyclones, floods and droughts — causing heavy human and economic losses.

Without robust investment in adaptation and mitigation, more

than 1.6 million people could fall into poverty by 2050, underscoring the urgency of action to change course.

A LIGHT IN THE TUNNEL

Data from the past decade place Mozambique among the world's 10 most vulnerable countries to extreme weather. The government now seeks to turn that vulnerability into opportunity.

In September, the Council of Ministers approved the National Climate Finance Strategy (ENFC) 2025–2034.

The 10-year plan sets out responses to climate vulnerabilities, including agricultural insurance to help farmers recover losses during droughts or floods, community training to strengthen public institutions and civil



society in resource management, and investment in resilient infrastructure such as roads, water systems and schools.

The plan aims to turn forecasts into practical action, balancing immediate needs with long-term planning. It also calls for social inclusion, ensuring that women, youth, children and vulnerable groups have access to climate finance.

“Climate change is not just an environmental issue but a core agenda for sustainable develop-

ment,” the document says.

THE COST OF RESILIENCE

The strategy seeks to mobilize \$37.2 billion in investments by 2030.

Its vision is to make Mozambique “a reference in mobilizing and applying financial resources for climate action.” To reach that goal, it identifies five key instruments: grants, carbon credits, climate insurance, debt-for-climate swaps and forecast-based financing.

It also outlines reforms in five strategic areas — legal framework, fiscal system, financial system, capacity building and access to finance — to guide resource allocation and make responses more consistent and predictable.

Between erratic rains and the rollout of the plan lie the lives of millions of Mozambicans. This is not a matter of optimism or pessimism but of whether policies and response mechanisms are implemented with consistency.



Crisis numbers (2024/25 season)

326
Dead

2,4
Millions
of people
affected

3
Millions of people
assisted with food and
humanitarian aid

612 thousand internally displaced people

Feito Com **Arte.** Definitivamente **Moderno.**

Oferecemos móveis de fabricantes europeus de produtos de luxo e design de qualidade superior para:

Sala de estar, Sala de jantar, quarto,
Decoração iluminação para interiores, Tudo de
coleções que variam do luxo, ultramoderno, ao
minimalista contemporâneo e a preços
competitivos

Contacto

- +72 (82) 966 1652
+27 (83) 577 6398
- sales@rotundaplantire.co.za
- Litchie Road, Vintonia,
Nelspruit, Mpumalanga RSA
- <http://www.rotundaplantire.co.za>



Desertification poses growing risk for Mozambique

Mozambique is among the Southern African countries most exposed to desertification and prolonged drought, a trend with severe consequences for millions of people and national food security.

The warning came from Secretary of State for Land and Environment Gustavo Dgedge during the opening of the third Regional Workshop of the Dryland Sustainable Landscapes Impact Program (DSL-IP), held in Maputo.

“The southern provinces, particularly Gaza and Inhambane, are the most visible face of this problem, resulting from significant reductions in rainfall,” Dgedge said.

Official data show that rainfall in these provinces has fallen by 20% to 30% over recent decades, coupled with rising temperatures and longer dry spells.

“These conditions affect about 2.3 million people in this part of the country,” he added.

The situation mirrors a wider continental trend. Across Africa, more than 75% of land is now classified as arid or semi-arid, according to regional and international agencies.

LOCAL RESPONSES, REGIONAL CHALLENGE

Despite the risks, Dgedge highlighted signs of progress.

“In Mozambique, the program supports interventions in the Maputo corridor, promoting agroecology, reforestation and efficient wa-



ter use, benefiting family farmers, rural women, young people and vulnerable communities,” he said.

He stressed that conservation efforts must go beyond isolated projects. “Conservation cannot succeed through isolated actions. It must be combined with regional cooperation, sustainable agriculture and tangible benefits for communities,” Dgedge noted.

The fight against desertification has become a priority in Southern Africa. The DSL-IP, supported by

the Southern African Development Community (SADC), the UN Food and Agriculture Organization (FAO) and national governments, aims to restore degraded landscapes and strengthen community resilience.

For policymakers and experts, the challenge is both environmental and economic. The future of food security will depend on coordinated strategies that turn land degradation into an opportunity for sustainable adaptation.

Desertification in Mozambique

- 2.3 million people affected in southern provinces
- 20%–30% drop in annual rainfall in Gaza and Inhambane in recent decades
- 75% of Africa’s land classified as arid or semi-arid
- Southern Africa: more than 2.3 million sq km of drylands and semi-drylands



Whether it's
agriculture
or the **environment**

we are your trusted
communication partner

Contact US:

comercial@revistaterra.co.mz

www.revistaterra.co.mz

+258 863233900



Elevando Sua **Marca** no **Universo** **Digital**

Em um mundo cada vez mais digital, a presença online é fundamental para o sucesso de qualquer negócio. Na **Terra Media**, somos especialistas em impulsionar a sua marca e mensagem no vasto cenário digital

NOSSOS SERVIÇOS



CRIAÇÃO E GESTÃO DE WEBSITES

Criação de um design visual atraente e responsivo.
Desenvolvimento de protótipos.
Escolha de cores, tipografia e elementos de design.
Garantia de usabilidade e acessibilidade.



ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Palestras, Workshop,
Seminários, Conferências,
Mesas Redondas.



PRODUÇÃO DE REVISTAS CORPORATIVAS

Produção Profissional, conteúdo persuasivo,
design atraente, versatilidade de formato
e Qualidade.



CONCEPÇÃO E PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS

Documentários,
Reportagens e
Vídeos Institucionais.

contacte-nos



comercial@revistaterra.co.mz
redacao@revistaterra.co.mz



+258842399758
+258821233910



Revista Terra

Rua da Resistencia n.º 1642, 3º Andar, Porta
M Telef.: +258842399758, +258847344482
e +258821233910

Email: terramagazinemz@gmail.com